MODERNOS & CONTEMPORÂNEOS

Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, v. 9, n. 22., jul./dez., 2025.

Sociologia psicanalítica e os traumas da história: Alexander Mitscherlich entre as disciplinas[1]

Psychoanalytic sociology and the traumas of history: Alexander Mitscherlich between the disciplines

Matt Ffytche[2]

Resumo: Este artigo examina a forma como aspectos da história recente foram excluídos em estudos importantes que emergiram da psicologia social psicanalítica de meados do século XX. Baseia-se nos trabalhos de Erikson, Marcuse e Fromm, mas centra-se em particular em Alexander Mitscherlich. Mitscherlich, um psicólogo social associado à última escola de Frankfurt, foi também a figura psicanalítica mais importante na Alemanha do pós-guerra. Isso torna seu trabalho significativo para traçar a maneira pela qual a experiência histórica da guerra e do nazismo foi eliminada das narrativas psicossociais desse período, em favor de análises mais estruturais da dinâmica da autoridade social. A obra de Mitscherlich *A incapacidade do luto*, de 1967, redigida em coautoria com Margarete Mitscherlich, é frequentemente citada como o ponto em que a experiência histórica "ausente" voltou a inundar os relatos psicanalíticos da sociedade. Argumento que esta publicação marcante não promove a mudança em direção à psicanálise da experiência histórica com a qual é frequentemente associada. Esses escritores mais sociológicos de meados do século escreveram antes do impacto de várias tendências que surgiram nas décadas de 1980 e 1990, as quais desviaram decisivamente a atenção da psicanálise da investigação da autoridade social para um foco no trauma histórico. Em última análise, esta é também uma narrativa sobre as transformações que ocorrem quando a psicanálise se move entre disciplinas.

Palavras-chave: Alexander Mitscherlich; Alemanha do pós-guerra; Psicanálise; Incapacidade de Fazer Luto; Trauma.

Abstract: This article examines the way aspects of recent history were excluded in key studies emerging from psychoanalytic social psychology of the mid-twentieth century. It draws on work by Erikson, Marcuse and Fromm, but focuses in particular on Alexander Mitscherlich. Mitscherlich, a social psychologist associated with the later Frankfurt school, was also the most important psychoanalytic figure in postwar Germany. This makes his work significant for tracing ways in which historical experience of the war and Nazism was filtered out of psychosocial narratives in this period, in favour of more structural analyses of the dynamics of social authority.

1 Artigo inicialmente publicado em inglês no n. 5, volume 30, de 2017, da revista *History of the Human Sciences*.

2 Professor do Departamento de Estudos Psicossociais e Psicanalíticos da Universidade de Essex.

Mitscherlich's 1967 work *The Inability to Mourn*, co-authored with Margarete Mitscherlich, is often cited as the point at which the 'missing' historical experience flooded back into psychoanalytic accounts of society. I argue that this landmark publication doesn't hail the shift towards the psychoanalysis of historical experience with which it is often associated. These more sociological writers of the mid-century were writing before the impact of several trends occurring in the 1980s-90s which decisively shifted psychoanalytic attention away from the investigation of social authority and towards a focus on historical trauma. Ultimately this is also a narrative about the transformations which occur when psychoanalysis moves across disciplines.

Keywords: Alexander Mitscherlich, post-war Germany, psychoanalysis, the inability to mourn, trauma

Introdução: o pai como objeto social e histórico

Grande parte do trabalho que emerge da sociologia psicanalítica e da psicologia social de meados do século XX – incluindo autores como Erik Erikson, Erich Fromm, Herbert Marcuse e Alexander Mitscherlich (que serão particularmente focados aqui) – visava compreender, revisar ou defender a função dos pais. Para a própria psicanálise, da década de 1920 à década de 1950, o pai era um elemento central em vários processos relacionados à constituição da autoridade social.[3] Essa foi a narrativa originalmente estabelecida por Freud (1913) em suas incursões na antropologia e, posteriormente, na década de 1920, na psicologia de grupo (1921). Em *Totem e tabu*, por exemplo, ele observou que "os problemas da psicologia social" se revelam solucionáveis "com base em um único ponto concreto – a relação do homem com seu pai" (Freud, 1913, p. 156). A função social do superego permeou os trabalhos na Grã-Bretanha do pós-guerra[4] e nos Estados Unidos, onde desempenhou um papel fundamental nos trabalhos de Talcott Parsons. Parsons, por exemplo, afirmou tanto "a relevância peculiarmente direta" do superego para a teoria sociológica (o superego "de fato, constitui um dos pontos mais importantes em que é possível estabelecer relações diretas entre a psicanálise e a sociologia"), quanto o significado simbólico do pai, "central na teoria psicanalítica" e "uma das pedras angulares óbvias da estrutura social" (1970, VII, p. 34-35).

O superego também foi, desde cedo, incorporado nos estudos sobre a família e a autoridade social na Alemanha na década de 1930 (Fromm et al., 1936), em obras como *A personalidade autoritária* (Adorno et al., 1950), e permaneceu como uma parte importante da pesquisa quando membros importantes da Escola de Frankfurt se mudaram para os Estados Unidos. Em 1936, Max Horkheimer utilizou a descrição de Erich Fromm do "complexo patricêntrico" para argumentar que a família burguesa – central nos processos de socialização da sociedade moderna – produzia uma identificação com a autoridade paterna que estabelecia a culpa e a submissão na criança como fatos irracionais (Horkheimer, 2002[1936]; Fromm,

3 Conceitos como superego, ideal do ego, culpa e emergência da consciência social normalmente abordavam a experiência da criança com o pai.

4 Sobre o trabalho do Instituto para o Tratamento Científico da Delinquência ver Shapira (2013).

1991). A noção do superego foi, portanto, crucial para a análise de Frankfurt de que a sociedade alemã contemporânea estava criando uma autoridade cega, em vez de uma autoconsciência racional, o que explicava parcialmente o fracasso das tentativas de transformação social radical. No entanto, em meados da década de 1940, essa posição foi modificada à luz de análises subsequentes do fascismo e da cultura de massa (Ffytche, 2016). Agora, Horkheimer (2004 [1947]) sustentava que a submissão forçada à vontade do pai gerava hostilidade na criança, o que era crucial para o desenvolvimento de atitudes críticas em relação à sociedade (um argumento que ele continuou a reafirmar nos anos seguintes) (Horkheimer, 1949). A ameaça na década de 1950 não era a mesma da década de 1930 – um superego "tirânico" transmitido pelos pais aos filhos –, mas um superego em desintegração, ou pais cujo poder estava enfraquecido ou desmascarado (Adorno, 1991[1951].[5]

Muitos dos escritores de meados do século com os quais estou me ocupando aqui estão interligados por meio da Escola de Frankfurt. Marcuse e Fromm, apesar de sua hostilidade mútua na década de 1950, foram pesquisadores lá na década de 1930, enquanto Mitscherlich, diretor do Instituto Sigmund Freud, tinha laços estreitos com a sociologia de Frankfurt do pós-guerra. Todos esses autores eram, em maior ou menor grau, psicanaliticamente orientados e a própria Escola de Frankfurt foi, em certa medida, fundamental para a reintrodução das ideias de Freud na Alemanha após sua erradicação pelo nazismo (Meja; Misged; Stehr, 1987, p. 14). Um marco importante foi o simpósio de 1956 pelo centenário de Freud, coorganizado por Mitscherlich e Horkheimer, para o qual Marcuse foi convidado a voltar dos Estados Unidos para fazer palestras ao lado de Erikson, Ludwig Binswanger, Michael Balint e outros psicólogos importantes da época (Kauders, 2011a).

No entanto, a sociologia de orientação psicanalítica da Alemanha do pós-guerra também precisa ser vinculada ao seu contexto anglo-americano. Em primeiro lugar, porque figuras importantes como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Norbert Elias, assim como Fromm, Erikson e muitos psicanalistas alemães e austríacos, estavam todos exilados nos Estados Unidos ou na Inglaterra durante as décadas de 1930 a 1950. Em segundo lugar, porque a sociologia alemã do pós-guerra tinha, de maneira mais ampla, uma ênfase internacional que se baseava em modelos americanos, tanto no nível teórico quanto no metodológico (Meja et al., 1987, IX, p. 2-3). No final da década de 1950 e na década de 1960, período abordado neste artigo, o intercâmbio entre a psicanálise e a teoria social estava bem estabelecido, e a psicanálise tinha uma presença forte e organizada na cultura americana, onde, em termos ligeiramente diferentes, também deixou sua marca nas ciências sociais e na teoria cultural, através do trabalho de Talcott Parsons, Margaret Mead, Lionel Trilling e outros.[6]

5 Para mais detalhes sobre as mudanças na teorização da Escola de Frankfurt sobre os pais, nas décadas de 1930-1940, ver: Ffytche (2016).

6 Ver: Parsons (1970); Mandler (2013); Trilling (1967); Ffytche (2013).

Um dos elementos que ligava as perspectivas sociopsicanalíticas entre a Alemanha e os Estados Unidos na década de 1950, apesar das diferenças no ambiente pós-guerra, era esse foco no pai e, especificamente, uma narrativa poderosa sobre o declínio da paternidade como ponto de autoridade social. Erikson e Marcuse escreveram sobre o paternalismo em decadência e "um empobrecimento geral da relação pai-filho" (Erikson, 1995, p. 284; Marcuse, 1970). Mitscherlich abordou o "pai invisível" e a "sociedade sem pai" (Mitcherlich, 1969). David Riesman, uma voz importante na sociologia americana da década de 1950, que fez terapia com Erich Fromm, traçou a mudança no caráter americano de "internamente dirigido" (baseado no superego freudiano) para "externamente dirigido", no qual os pais não têm autoconfiança e os filhos tendem a se envolver em "criar o pai" (Riesman, 1950, p. 49). É certo que, a partir da década de 1920, várias correntes dentro e fora da psicanálise contestaram a tentativa de Freud de universalizar a importância simbólica do pai ou de estabelecer o complexo de Édipo como a raiz necessária da socialização. Isso era verdade não apenas para marxistas como Wilhelm Reich, mas também para os neofreudianos, como Fromm e Karen Horney, que dominavam as incursões psicanalíticas nas ciências sociais, particularmente na América, porque viam os fatores histórico-culturais como mediadores da concepção mais categórica de Freud sobre as agências psíquicas. O "superego" era um dos conceitos, tal como a "pulsão de morte", considerado mais inaceitável (certamente quando concebido como uma formação transhistórica). Para Fromm (1990: 144), o superego descreve a "consciência *autoritária*", mas essa é apenas uma forma cultural possível. Um argumento semelhante foi apresentado pelo antropólogo psicanalítico Geoffrey Gorer, em seu estudo sobre a sociedade americana. Ele afirma que não seria possível presumir "que as formas familiares e o papel dos pais fossem idênticos em todos os lugares". Em particular, a fabricação de um americano "exigia que o pai fosse rejeitado tanto como modelo quanto como fonte de autoridade" (1948, p. 19).

No entanto, em meados do século, os pais se tornaram o centro desses relatos da sociedade porque seu papel e a influência percebida da própria família estavam mudando. Para Marcuse, a família dominada pelo pai estava sendo invalidada pela gestão direta do ego pela sociedade "por meio da mídia de massa, escolas e equipes esportivas, gangues etc." (1970, p. 47). Essa ideia se encontra ecoada em Erikson (1995) e Mitscherlich (1969). Riesman também havia argumentado em 1950 que "o grupo de pares e a escola agora assumem algumas das funções anteriormente desempenhadas apenas pela família" (1950, p. 37). Isso potencialmente ameaçava a persuasividade da abordagem edipiana para a análise social porque, se o pai não era mais a figura central contra a qual alguém se rebelava, isso indicava que os processos de socialização estavam cada vez mais fundamentados fora da família.[7]

7 Ver: Erikson (1995: 267) para uma descrição tipicamente negativa da abordagem alternativa oferecida pelo "momismo" no contexto da Guerra Fria nos Estados Unidos.

Essas narrativas sobre o declínio da paternidade – seja como uma característica emergente da sociedade democrática moderna, um sinal de que algo deu errado ou um colapso do universalismo freudiano – constituem o ponto de partida para minhas reflexões aqui. No entanto, o meu foco é um tipo diferente de tensão, invisível para todos os autores mencionados até agora, mas aparente em retrospecto: a maneira como o declínio dos pais forma uma articulação implícita entre duas versões diferentes da ciência social psicanalítica, uma influenciada pela sociologia, a outra mais pela história. A primeira domina as décadas de 1950 e 1960. A segunda começa a ganhar força durante a década de 1980 e é onipresente a partir da década de 1990. Ao acompanhar a presença da história nessas abordagens, é possível observar gradualmente a mudança de foco – e, com ela, o quadro sociopsicanalítico – de uma narrativa sobre as relações pai-filho e, de como elas estruturam a presença da autoridade social, para uma em que as relações pais-filhos sinalizam cada vez mais a transmissão da experiência histórica e, particularmente, do trauma histórico (Caruth, 1995; Frie, 2012; Frosh, 2013; Prager, 1998; Schwab, 2010).

Existe, portanto, uma tensão, na sociologia psicanalítica das décadas de 1950 e 1960, sobre o tipo de ênfase dada aos eventos históricos na análise da experiência social. Mais especificamente, em que medida os pais eram vistos como mediadores da experiência histórica nas descrições da sociedade baseadas na psicanálise nas décadas de 1950 e 1960? Até que ponto esses autores consideravam a experiência da Segunda Guerra Mundial relevante para a compreensão das relações pai-filho no ambiente pós-guerra? Até a chegada do texto *A incapacidade do luto*, de Alexander e Margarete Mitscherlich (1975), o legado da Segunda Guerra Mundial em si mesmo não era um grande foco de atenção. Por um lado, a escala histórica na qual a leitura psicanalítica da sociedade é construída é esboçada em termos extremamente amplos, considerando as décadas de 1950 e 1960 como o ponto final de um conjunto de mudanças que remontam ao início do período moderno. A narrativa de Fromm em *O medo da liberdade* (2001) partiu de um relato sobre a Reforma Protestante, assim como a de Riesman (1950, p. 38), e isso ficou ainda mais evidente em *Jovem Lutero* (1993), de Erikson, em que o autor leu a crise existencial de Lutero à luz de analogias extraídas de seu próprio trabalho clínico com adolescentes emocionalmente perturbados do Austen Riggs Centre, em Stockbridge, Massachusetts. Em muitos desses trabalhos, então, há um ponto cego sobre as maneiras pelas quais as preocupações sociais da década de 1950 podem se relacionar diretamente com as experiências da década de 1940, e não com as transformações iniciadas séculos antes. Para Erikson, a escala histórica relevante é "todo o período do nacionalismo e da invenção que Lutero ajudou a anunciar e que Hitler ajudou a levar à sua crise global" (1993, p. 108). O que falta é a noção da ressonância psicológica dos eventos recentes.

Onde a guerra entra em cena é na forma de *tipologias* que alimentam a análise formal das condições contemporâneas. Hitler reaparece como um objeto tipológico, representando um caso extremo de como o antigo modelo de autoridade poderia dar errado – ou, de como não "amadurecer". Tanto *O jovem Lutero* quanto *Infância e Sociedade*, de Erikson, usam a infância de Hitler como ponto de comparação em seus retratos das patologias da adolescência moderna (algo que Fromm (1997) repetirá, em termos diferentes, em *A anatomia da destrutividade humana*, no início da década de 1970). Da mesma forma, relatos sobre a pressão do grupo de pares ou da vida na sociedade de massa estão repletos de referências ao fascismo e à guerra: para Marcuse, "a *jukebox* em todos os bares" é um grito de desespero "para não ser deixado sozinho pelos Grandes" (1970, p. 49); Mitscherlich, em 1963, encontrou "a deformação da vida que ocorre nas favelas e nos campos de concentração" sendo repetida nas "novas favelas que surgem nos edifícios altos" (1969, p. 275).

No entanto, esses autores não consideraram o impacto do fascismo sobre a experiência geracional dos pais ou dos filhos que chegaram à adolescência na década de 1950. Em vez disso, a experiência do fascismo é interpretada em termos de certas funções (o funcionamento do "grupo", do "pai", do "líder") que correspondem à análise da coesão social apresentada por Freud em *Psicologia das massas*, na década de 1920, e, em seguida, as tendências antissociais da década de 1950 são interpretadas à luz da mesma visão freudiana. O que não está sendo abordado é a experiência histórica da guerra como um fator determinante na formação das relações entre pais e filhos, especificamente para essa geração. Isso levanta a questão de se houve algo na aliança bem-sucedida com a sociologia que suprimiu outros aspectos da base psicanalítica: por exemplo, sua preocupação com questões de memória ou recordação.

Essa tensão entre os modelos sociológicos e históricos – juntamente com questões sobre a função do pai e do superego, e a presença da guerra nos relatos sociopsicológicos de meados do século – pode ser focada por meio de dois textos escritos em estreita proximidade. Um deles é *Sociedade sem o pai: uma contribuição para a psicologia social*, escrito em 1963 por Alexander Mitscherlich (Mitscherlich, 1969), e o outro é *A incapacidade do luto*, escrito em coautoria por Alexander e Margarete Mitscherlich e publicado em alemão em 1967 (Mitscherlich; Mitscherlich, 1975). Analisarei os argumentos de cada um deles antes de apresentar minha tese mais ampla sobre os efeitos causados pela transição de uma sociologia psicanalítica, que marginaliza a história recente, para uma que se concentra cada vez mais precisamente nessa história excluída.

A sociedade sem o pai

A teoria desenvolvida por Mitscherlich, em 1963, estava claramente alinhada com as opiniões expressas em obras populares de Erikson, Riesman, Marcuse e

outros.[8] Há várias razões para isso – *A multidão solitária* e *infância e sociedade* foram textos altamente influentes que alcançaram um público leitor muito amplo, mas também, como Martin Dehli (2009) apontou, o reconhecimento internacional e o contato com os Estados Unidos foram fatores importantes nas tentativas de Mitscherlich de centralizar sua própria posição no campo conturbado da psicanálise alemã do pós-guerra.[9] Mitscherlich estabelece a importância do grupo familiar para a socialização (1969, p. 137) e destaca a relação pai-filho, que ocupa uma posição especial em uma "sociedade paternalista" (1969, p. 140). Em segundo lugar, ele argumenta que "não há substituto para a relação com o pai", que semeia as sementes "para a futura independência de julgamento e independência de caráter da criança" (1969, p. 282).[10] No entanto, as culturas paternalistas se transformaram e os pais estão se tornando "cada vez mais sem função" (Mitscherlich, 1969, p. 146), o que significa que muitos dos desafios com que o indivíduo se depara hoje não podem ser enfrentados seguindo "o padrão de modelos internalizados". Isso ecoa o argumento de Riesman (1950) sobre a transição para sociedades orientadas para o exterior, assim como anuncia a conclusão neo-freudiana de que "a dependência filial e a autoridade paterna não parecem mais ser necessárias e permanentes" (Mitscherlich, 1969, p. 145).

O reverso de tudo isso é que "a sociedade atual é uma sociedade de massa" (Mitscherlich, 1969, p. 268), a qual Mitscherlich caracteriza como uma "sociedade fraterna", na qual nenhum indivíduo em particular detém o poder: "Crescemos a partir das relações de poder da infância, que estão ligadas a pessoas, para um sistema incompreensível de relações de poder sob o qual vivemos nossa vida profissional" (1969, p. 277). O "gigantesco exército de irmãos rivais e invejosos" (1969, p. 269) e o deslocamento da autoridade paterna por "relações fraternas não vinculativas" (1969, p. 278) aqui invocam conscientemente a explicação hipotética de Freud (1913) sobre o nascimento da sociedade em Totem e Tabu. "Sociedade sem pai" foi a expressão usada por Freud para descrever as consequências imediatas do assassinato do "pai primitivo", que exercia autoridade sobre a horda primitiva pré-cultural.[11]

O livro de Mitscherlich desenvolve algumas dessas questões relacionadas à "ausência do pai" em um capítulo importante intitulado "O pai invisível". No entanto, no contexto, não fica totalmente claro o que essa frase pretende dizer. Ela poderia significar a ausência do pai em casa (porque sua vida agora se passa no escritório); poderia indicar o "superego", o pai que é invisivelmente internalizado, esteja ele presente ou não. No entanto, há uma terceira possibilidade: uma vez que o livro foi escrito na Alemanha e faz referências esporádicas, mas claras, ao

8 Ele cita Riesman, Gorer e Erikson explicitamente

9 Ver também Kauders (2011a, p. 394) sobre a recepção da sociologia americana como instrumental para a "ocidentalização" da psiquiatria e psicoterapia alemãs nesse período.

10 Precisamente a linha que Horkheimer adotou na década de 1950.

11 Sobre um uso anterior da "sociedade sem pai" de Freud para interpretar a agitação civil após a Primeira Guerra Mundial ver também Federn (1919).

nazismo e à guerra, a frase poderia se referir aos pais da década de 1940, mortos na guerra, ou que voltaram abalados dos campos de prisioneiros de guerra, ou que foram destituídos de cargos de autoridade (e, portanto, permaneceram "invisíveis" na década imediatamente após a guerra)? Na página 140, Mitscherlich intervém para esclarecer que não se trata de nenhuma dessas possibilidades:

> A expressão "pai invisível" pode sugerir [...] a noção de um Deus onipotente, onipresente e invisível, mas não é a isso que nos referimos [...]. Também pode sugerir um pai que se perdeu realmente, como resultado de um divórcio, ou de um casamento que nunca chegou a acontecer, ou porque foi morto na guerra. Mas não é isso que temos em mente aqui. Estamos pensando mais no desaparecimento da imagem paterna tão intimamente associada às raízes de nossa civilização e à função instrutiva paterna (Mitscherlich, 1969, p. 141).

No mesmo ano, Marcuse declarou: "Nos setores mais avançados da sociedade moderna, o cidadão não é mais seriamente assombrado pelas imagens paternas" (1970, p. 52). É surpreendente que a expressão "ou porque ele foi morto na guerra" seja inserida como uma oração subordinada após a menção de pais que perderam seus filhos "em decorrência de um divórcio"; isso evidencia a facilidade com que a narrativa mais ampla sobre o declínio de uma forma específica de vínculo social se sobrepõe à narrativa histórica mais recente.[12]

Na verdade, há dois centros de gravidade nessa narrativa psicossocial, ambos atuando para minimizar a presença da guerra como elemento central de um relato sobre a insatisfação social na década de 1950. Um deles é a escala temporal mais longa da análise histórica, sobre o declínio da função paterna na modernidade europeia; o outro é a atenção exclusiva que a psicanálise dedicou aos processos de maturação na criança, em particular em torno da formação do superego. Embora, ao lidar com a infância da geração de pais da década de 1960, Mitscherlich se refira implicitamente aos problemas contemporâneos que remontam à década de 1940, seu foco, ao mesmo tempo, exclui o contexto histórico, abstraindo um relato mais genérico dos laços edipianos na família. Passamos tipicamente da socio-história para a psicologia do desenvolvimento infantil.

Sem um forte apego ao pai nos primeiros anos de vida, argumenta-se, não há uma consciência auto-motivadora fortemente internalizada, nem instinto crítico: "a criança cresce e se torna um adulto sem mestre visível, exerce funções anônimas e é guiada por funções anônimas" (1969, p. 278). Esta é a explicação de Mitscherlich, em 1963, para "a impressionante inacessibilidade de muitos jovens, seus modos provocativos, sua indiferença aos valores dos mais velhos" (1969, p. 141). Ele chamou essa geração jovem de "filhos de ninguém" (1969, p. 285), repetindo seu termo "*Filhos de ninguém*" de um artigo anterior para o *Die Neue Zeitung* (Mitscherlich,

12 Ver também a discussão em Schneider (2008, p. 148) sobre a falta de interesse na "verdadeira ausência paterna" após as duas guerras mundiais na obra de Mitscherlich.

1956): eles "vivem o momento sem senso de história" (1969, p. 285). "Sem noção da história" aqui deriva, em parte, do relato de Riesman sobre o indivíduo americano solitário, distante da tradição, em vez de se referir a um problema específico da geração do pós-guerra que não conseguiu se reconciliar com essa história. Tanto a sociologia quanto a psicanálise atuam em conjunto aqui para minimizar a relevância da guerra como ponto de referência para as ansiedades e a rebeldia entre os jovens alemães das décadas de 1950 e 1960. Pode-se contrastar esse retrato de apatia e falta de conexão histórica com o alerta de Ulrike Meinhof, em 1961, de que "a redução da distância entre as frentes da história e da política, entre os acusadores, os acusados e as vítimas, assombra a geração mais jovem" (Meinhof, 2008).

O Terceiro Reich desempenha uma série de papéis secundários no livro de Mitscherlich, mas apenas para servir à narrativa geral sobre o declínio do papel do pai. Por exemplo, ele usa um líder de gangue do filme Los Olvidados, de Luis Buñuel, para dar um exemplo do fracasso da "identificação socializante" e, em seguida, acrescenta de passagem: o mesmo fracasso "é perceptível em cada detalhe em Hitler" (Mitscherlich, 1969, p. 143). Talvez a referência mais interessante à guerra esteja na sugestão de Mitscherlich de que, no final do regime nazista, a grande maioria "apagou sua memória" (1969, p. 284-285). Isso é usado como evidência da fraqueza das identificações feitas fora da relação pai-filho. Os líderes de massa deixam tão poucos vestígios quando desaparecem porque "a idealização a que foram anteriormente submetidos não envolvia nenhuma relação libidinal com o objeto, mas apenas com o estado de paixão" (1969, p. 291). Por essa razão, "o ídolo Führer, que era tão freneticamente adorado, desapareceu completamente de cena após seu colapso..." (1969, p. 282).

A incapacidade do luto

Isso proporciona uma boa introdução à obra *A incapacidade do luto* (Mitscherlich; Mitscherlich, 1975[1967]), publicada na Alemanha apenas quatro anos depois, em 1967. Vou apontar rapidamente algumas das principais mudanças que os Mitscherlichs introduziram nesta obra, a qual ainda se apresenta, essencialmente, como um trabalho de psicologia social (tem como subtítulo "Princípios do comportamento coletivo"). O mais óbvio, como os autores deixam claro na introdução, é que o luto do título se refere especificamente ao que deveria ter sido realizado na Alemanha no final da guerra, de modo que a história da década de 1940 é apresentada como foco de reflexão desde o início. A obra de 1967 também reconhece mais claramente as formas específicas como essa geração em particular cresceu com pais ausentes ou falhos: tanto pais que foram mortos ou feitos prisioneiros, quanto aqueles que caíram de seus pedestais como resultado da derrota. Mais significativo ainda, se o relato de 1963 levava a acreditar que a experiência fascista desapareceu da noite para o dia, agora há uma sensação muito maior do contrário: sua persistência inconsciente. Os autores argumentam, por exemplo, que

"fragmentos dessa visão de mundo foram [...] preservados de forma bastante intacta" (1975, p. 30); "era magnífico ser um povo escolhido. De fato, para muitos, essa crença [...] ainda não foi refutada" (1975, p. 16). O livro anterior pretendia assegurar uma narrativa mais padrão sobre a fraqueza dos pais e a natureza superficial das identificações na modernidade, agora os Mitscherlichs defendiam a continuidade incontestável de certos tipos de identificação em níveis inconscientes. Isso trouxe consigo um novo foco técnico na "negação", que testemunhava precisamente a natureza poderosa do emaranhado psicológico que agora era ativamente rejeitado (em vez de, como no livro anterior, desaparecer). Por fim, surge um novo ponto de referência psicanalítico na proeminência dada à obra de Freud (1917), *Luto e melancolia*, juntamente com *Psicologia das massas*, sendo a hipótese de que "se os alemães tivessem 'tomado nota' da realidade tal como ela realmente era", no final da guerra, então "eles teriam sucumbido à melancolia em massa" (Mitscherlich; Mitscherlich, 1975, p. 44). Ironicamente, aqui é a ausência de melancolia que é patológica, enquanto que, no texto clínico de Freud, a melancolia é a contrapartida patológica do luto normal.[13] Ao contrário de *A sociedade sem pai*, então, este parece ser um livro sobre o impacto da história recente e sobre o luto, dirigindo-se a um público alemão contemporâneo que "não fez nenhuma tentativa séria [...] de compreender o passado aterrorizante" (1975, p. 10). Os autores argumentam que "para compreender o que veio depois, é preciso considerá-lo em conjunto com o que aconteceu antes" (1975, p. 14), ou seja, as "tendências desastrosas e brutalmente agressivas" (1975, p. 13) reveladas no período do Terceiro Reich.

Várias obras escritas desde a década de 1990 (incluindo Santner, 1990; Bohleber, 2007; Schwab, 2010; Frosh, 2013) consideram que os Mitscherlichs inauguraram uma tendência extremamente influente de reflexão psicanalítica sobre o luto histórico. Para Santner, *A incapacidade do luto* antecipa "a retórica do luto que passou a ocupar o campo semântico de grande parte da teoria crítica nos últimos anos" (1990, p. 7). Já Schwab observa que, após o 11 de setembro, o livro dos Mitscherlichs "tornou-se mais oportuno do que nunca" (2010, p. 12). No entanto, continuarei a argumentar por que acho que é enganosa essa maneira de interpretar o texto dos Mitscherlichs como se endereçando diretamente às preocupações das décadas de 1990 e 2000.

Muitos desses relatos contemporâneos registram que há mais de um objeto de luto implícito na frase do título "incapacidade do luto". No início do livro, e como parte da crítica moral contundente que dá início a toda a análise, os Mitscherlichs apontam para a incapacidade dos alemães de lamentar suas vítimas: "Nem os milhões de vidas perdidas na guerra nem os milhões de judeus massacrados podem impedir a maioria dos alemães de sentir que já estão cansados de ser lembrados do passado" (1975, p. 13). Mas, à medida que sua análise se desenrola, fica claro

13 Ver também Schneider (2008, p. 141-143) sobre o uso conceitual indevido de Freud neste texto: para Freud, o objetivo do luto era o esquecimento, e não a lembrança.

que, psicologicamente, essa é uma questão secundária – a consequência de um luto fracassado anterior, cuja ocasião foi "acima de tudo, o desaparecimento [de Hitler] como representação do ideal coletivo do ego" (1975, p. 23). O que está em foco é a incapacidade de fazer o luto pela relação com Hitler, e não o luto pelos mortos. Os Mitscherlichs argumentam que o Führer "tornou possível para os alemães em escala nacional [...] acreditar que suas fantasias infantis de onipotência poderiam ser realizadas" (1975, p. 23). Portanto, sua queda "envolveu uma desvalorização traumática do ideal do ego com o qual a identificação tinha sido tão extensa". Com essa reversão repentina, "o ego de cada indivíduo alemão sofreu um empobrecimento central", o que criou "os pré-requisitos para uma reação melancólica" (1975, p. 26). No entanto, essa reação nunca se materializou porque o povo alemão se defendeu contra ela. O luto pelas vítimas da agressão de Hitler só pôde vir depois, após a defesa contra esse primeiro luto fracassado ter sido superada. Os Mitscherlichs enfatizam aqui "uma ordem de prioridades psíquicas" (ponto esse retomado por Lifton, Santner e outros).

No entanto, há um terceiro aspecto nessa explicação psicanalítica, que diz respeito a um objeto de luto ainda mais anterior. A morte e a desvalorização de Hitler "implicaram a perda de um objeto narcisista" (1975, p. 24), mas sua imagem havia sido internalizada psicologicamente para compensar perdas anteriores no desenvolvimento. O amadurecimento do ego geralmente envolve uma avaliação mais realista dos pais – um processo que é libertador, mas envolve uma "separação dolorosa dessas figuras da infância", bem como a dissolução de sua imagem ideal (1975, p. 221, p. 205). A criança, nesse período, busca "um novo valor narcisista por meio de novas identificações" (1975, p. 205). De acordo com os Mitscherlichs, a geração que entrou na adolescência na década de 1930 foi psicologicamente levada a internalizar as versões onipotentes dos nazistas sobre a identificação parental, pois vivia em uma época e em um lugar em que as imagens parentais estavam sendo desvalorizadas de forma rápida e implacável. Essas imagens inflacionadas de autoridade social compensavam, assim, os pais que pareciam insignificantes demais para transmitir a base moral e social necessária à vida psíquica da criança em desenvolvimento. Essa cadeia de perdas psíquicas é condicionada por contextos históricos, mas leva, em última instância, a um relato dos traumas inatos do desenvolvimento, em vez de tratar das catástrofes da guerra – a perda de lares e famílias, a destruição de cidades. É uma explicação muito diferente da perda, por exemplo, daquela dada no início de *Sobre a história natural da destruição*, de WG Sebald: "Hoje é difícil formar uma ideia, mesmo que parcialmente adequada, da extensão da devastação sofrida pelas cidades da Alemanha nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, ainda mais difícil pensar nos horrores envolvidos nessa devastação" (2003, p. 3).

A análise dos Mitscherlichs está, na verdade, muito mais próxima de *A sociedade sem pai* do que parece à primeira vista. Se, sob o regime nacional-socialista,

"a criança era arrancada de suas identificações familiares desde tenra idade" e "os padrões e valores paternos e familiares, que não se harmonizavam com a nova ideologia, eram desvalorizados e perseguidos" (1975, p. 210), isso era simplesmente uma exacerbação do que vinha acontecendo com as hierarquias sociais tradicionais desde o final do século XIX. "A tradição foi exatamente o que o regime nazista destruiu de forma mais duradoura" (1975, p. 11), mas a tradição já estava em processo de destruição e continuou a ser destruída na sociedade ocidental em geral. "A juventude de hoje", escrevem eles, referindo-se à década de 1960, "pode muito bem ter sofrido feridas profundas e típicas semelhantes a um sistema de valores construído sobre identificações" (1975, p. 216).

Trauma histórico *versus* trauma de desenvolvimento

Os Mitscherlichs estão se mantendo aqui muito próximos de uma suposição freudiana mais clínica e clássica de que a psicanálise lida com pulsões, que operam nos indivíduos de acordo com processos psíquicos específicos. Essas pulsões despertam conflitos internos (por exemplo, com as exigências da realidade) e respostas defensivas contra o conflito, que podem afetar o desenvolvimento de estruturas psíquicas de longo prazo (a formação do superego como resultado do conflito edipiano na infância é talvez o exemplo clássico disso). A psicanálise se preocupa com o momento e a natureza desses eventos internos e com a vida familiar imediata, na medida em que está estruturalmente implicada neles. Até a década de 1970, ela se preocupava muito pouco com o impacto direto dos desastres históricos na vida psíquica. Com exceção de debates específicos sobre neuroses de guerra e traumas durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais,[14] a psicanálise geralmente excluía a possibilidade de que eventos vividos na vida adulta pudessem, por si só, causar neurose. Como observou Robert Jay Lifton, em meados da década de 1990, "o trauma adulto ainda é um tema pouco explorado pela psicanálise" (Caruth, 1995, p. 142).

Uma lição interessante pode ser tirada aqui das respostas dos psiquiatras alemães aos sintomas dos sobreviventes dos campos de concentração e do Holocausto no final da década de 1950, quando a nova lei de restituição do governo federal (aprovada em 1956) abriu uma janela legal para pedidos de indenização por danos psicológicos e, então, os sobreviventes começaram a procurar avaliação psiquiátrica. A controvérsia sobre esses pedidos foi muito acirrada na década que antecedeu a publicação do livro dos Mitscherlichs.[15] Mas o que me interessa aqui é a ironia de que as pressuposições sobre neurose eram frequentemente utilizadas contra os requerentes, por psiquiatras alemães que se recusavam a aceitar a possibilidade de que traumas psicológicos crônicos pudessem ser causados principalmente pelo impacto psicológico de eventos externos ou eventos vividos na idade adulta, e não na infância.

14 Ver: Ferenczi et al. (1921); Freud (1920); Kardiner (1941); Leys (2000); Loughran (2017); Shephard (2002).

15 Ver, por exemplo (Grubrich-Simitis, 1981); Herzog (2014, 2016); Leys (2007); Pross (1998).

A psiquiatria alemã, apesar de seu antifreudismo, compartilhava certas ideias gerais sobre a neurose com a psicanálise, além de ainda recorrer a Freud, quando as circunstâncias eram favoráveis. Para ambas, as origens do trauma psicológico, quando não eram atribuíveis a danos orgânicos, eram presumivelmente internas, e não externas, com raízes na experiência da primeira infância. Mas se os requerentes tinham uma predisposição pré-existente para a neurose que remontava à infância, então a responsabilidade pelo trauma, na maioria dos casos, estava além do período nazista coberto pelas leis de restituição. Como observou ironicamente o psiquiatra Wolfgang Lederer, nascido em Viena, que trabalhou com sobreviventes nos Estados Unidos: "O conceito freudiano de neurose [...] revelou-se surpreendentemente útil" – ele "poderia ser entendido como apoiando a ideia de que a neurose se liga de forma puramente externa, e quase acidental, ao trauma adulto, mas não deriva dele de forma direta e interna" (Lederer, citado em Herzog, 2016). Ou, como afirmou uma publicação oficial do governo de 1960: "Somente com base em uma estrutura psíquica e de personalidade específica é que experiências prejudiciais podem levar a doenças manifestas. *A experiência real, por mais dramática que possa parecer, não pode, portanto, ser considerada como tendo qualquer importância causal*" (Herzog, 2014, p. 140, ênfase do original).

O objetivo aqui não é implicar os Mitscherlichs nas tendências reacionárias e antissemitas da psiquiatria alemã nas décadas de 1950 e 1960 – seu livro é, desde o início, uma crítica contundente à natureza superficial da resposta da Alemanha ao sofrimento de suas vítimas e contém uma polêmica inesquecível contra esses procedimentos de avaliação médica: "há pouca diferença, em princípio, entre a forma dessa compensação administrada aos sobreviventes e as formas de extermínio de todo um grupo étnico" (1975, p. 65). O que a comparação traz à tona, no entanto, é a maneira como o quadro psicanalítico nas décadas de 1950 e 1960, tanto quanto o psiquiátrico, caracteristicamente excluiu a noção de trauma histórico de suas narrativas de psicopatologia. O sofrimento relacionado ao impacto duradouro de eventos históricos traumáticos, vividos em qualquer idade, simplesmente não aparece no livro dos Mitscherlichs – ou aparece apenas de forma muito periférica, por exemplo, no breve reconhecimento de que, após 1945, "os jovens na Alemanha não encontraram nada além de escombros" (1975, p. 218). No entanto, esta não é uma afirmação dos autores, mas está inserida em uma citação do escritor e editor Karl Markus Michel. Uma razão para isso, que será discutida na próxima seção, é que foi somente em meados da década de 1960 e na década de 1970 que tais noções de trauma psíquico devido a eventos históricos começaram gradualmente a ser documentadas clinicamente e compartilhadas mais amplamente por psicanalistas que trabalhavam com sobreviventes do Holocausto de segunda geração e psiquiatras que trabalhavam com veteranos do Vietnã.

O que aparece no livro dos Mitscherlich, o que eles abordam minuciosamente, são reconstruções de "conflitos familiares" e "problemas internos de caráter" que resultam em defesas contra o afeto, ou na incapacitação da inteligência crítica, ou

em "apegos regressivos" à passividade e ao conservadorismo intelectual. Em uma vinheta, um menino "ficou tão afetado e magoado com o nascimento de um irmão no auge de seu conflito edipiano que se afastou interiormente de ambos os pais". Ele estava determinado a "nunca mais ser o perdedor em um conflito de rivalidade" (1975, p. 213), ainda que a ambivalência interior, tanto em relação ao pai quanto aos ideais nazistas, o tenha protegido, em certa medida, dos sentimentos de perda e culpa no final da guerra. Em contrapartida, "o colapso do Terceiro Reich acarretou uma perda adicional de valor" em outro paciente, mas isso se desenvolve com base em um conflito interno pré-existente, que os Mitscherlichs associam ao declínio prolongado da imagem paterna, e não às circunstâncias imediatas da guerra. Essa "velha incerteza e medo internos fizeram com que ele se comportasse de maneira subserviente à sociedade em evolução" (1975, p. 215).

Há três aspectos que eu gostaria de enfatizar aqui. Um deles é que, neste livro, a linguagem da violência surge tipicamente em relação ao trauma dos processos edipianos internos, em vez de indicar destruição "externa". Após o colapso do Terceiro Reich, uma paciente "ficou devastada ao reconhecer as fraquezas de seu pai"; ou o "equilíbrio interno" de um jovem "é abalado pelas violentas convulsões do processo de maturação biológica" (1975, p. 216, p. 190, ênfase minha). A segunda é que o luto fracassado que os autores estão tentando explorar aqui tem uma nuance especificamente clínica e desenvolvimental (em vez de se referir a rituais privados ou sociais de luto): "somente ao se distanciar lentamente das relações perdidas com objetos [...] é possível manter uma relação significativa com a realidade e com o passado" (1975, p. 65). O "passado" aqui invocado significa a infância, e o foco analítico principal está na relação com os pais, na qualidade do vínculo emocional e na natureza da identificação. A tarefa consiste em resgatar os sujeitos da ilusão (narcisismo, onipotência) e restaurá-los à realidade. Trata-se de um problema de maturação na perspectiva psicanalítica clássica e, para esse tipo de análise, grande parte do contexto histórico e dos detalhes do nazismo e da guerra tornam-se irrelevantes.

Este ponto sobre a maturação também é transposto pelos Mitscherlichs para uma narrativa mais ampla sobre o desenvolvimento da própria sociedade alemã, que sofreu uma incapacidade de crescimento a nível institucional. O que os Mitscherlichs lamentam é a "estupidificação criativa", a "incapacidade dos planejadores [urbanos] de implementar novos conceitos", um "bloqueio da imaginação social" (1975, p. 11, p. 10, p. 13) que eles percebem como o problema da Alemanha: um problema de amadurecimento, em vez de recuperação do choque. Esta sociedade ainda não é capaz de pensar com a liberdade de um adulto. E este é o terceiro ponto: não se trata de uma sociedade continuamente atormentada pelos horrores do passado, pela recorrência do que foi testemunhado, mas sim incapacitada por falhas de identificação que ocorreram na infância e no lar e que deixaram a sua marca "na

estrutura de caráter subsequente dos membros dessa geração" (1975, p. 217-218). O problema da Alemanha agora é um futuro ausente e uma falta de vida emocional. É uma narrativa de distanciamento, passividade, conservadorismo e desaparecimento do afeto, que é substituído por "rotinas administrativas autoritárias e padrões estéreis de reação" (1975, p. 27). Mas o que se seguirá, na literatura das décadas de 1980 e 1990, é uma preocupação com um passado que não é indiferente, apático ou desrealizado, mas perturbador e hiper-realizado, cuja persistência fantasmagórica não deixará o presente em paz – como Caruth descreveu: "os eventos avassaladores do passado repetidamente possuem aquele que os viveu, em imagens e pensamentos intrusivos" (1995, p. 151).

Os novos discursos sobre trauma e luto

O objetivo aqui não é criticar a intervenção radical dos Mitscherlichs no debate moral da Alemanha Ocidental sobre a guerra, o que colocou seu trabalho em primeiro plano nos conflitos entre estudantes e autoridades no final da década de 1960 (Habermas, 1989; Kauders, 2011b; Kohut, 2012). Trata-se, ao contrário, de tentar identificar o quanto os termos de sua análise diferem do que veio depois. O que está faltando, quando os escritores contemporâneos atribuem aos Mitscherlichs a origem de um novo discurso influente sobre o trauma histórico e o luto, é a natureza da mudança paradigmática que ocorreu alguns anos após a publicação de seu livro de 1967, no qual uma linguagem bastante diferente começa a ser falada, conectando a psicanálise e o luto não apenas aos processos de desenvolvimento infantil, mas diretamente às memórias do sofrimento adulto e à experiência histórica mais ampla do desastre.

Alguns dos elementos que contribuíram para essa mudança já foram mencionados. Um deles é o surgimento crescente de testemunhos de sobreviventes do Holocausto, que começaram a aparecer no trabalho psicanalítico com pacientes da segunda geração na década de 1960, mas em maior número apenas nas décadas de 1970 e 1980, e que continuam a surgir (agora como relatos de trauma da terceira geração) até hoje.[16] Os marcos aqui foram as reuniões organizadas por William Niederland e Henry Krystal nos Estados Unidos em meados dos anos 60, que levaram a coleções de artigos como *Trauma psíquico massivo* (Krystal, 1968; Leys, 2007; Herzog, 2016), bem como a fundação do "Grupo para o Estudo Psicanalítico do Efeito do Holocausto na Segunda Geração" (1974), o qual produziu os estudos publicados no livro *Gerações do holocausto*, editado por Martin S Bergmann e Milton E Jucovy, em 1982. Bergman e Jucovy apontam o conceito de "síndrome do sobrevivente", formulado por Niederland (1961), e o conceito de "traumatização extrema como trauma cumulativo", de Grubrich Simitis (1979), como influências importantes em seu trabalho, bem como outros artigos de Winnik, Krystal e Wangh

16 Ver: Bergman e Jucovy (1982); Felman e Laub (1992); Kogan (1995); Langer (1991); Luel e Marcus (1984); Moses (1993); Volkan et al.(2002).

de 1968-1969. O fato é que "filhos de sobreviventes foram atendidos em consultas, tratados com psicoterapia ou psicanálise por algum tempo; mas até o final da década de 1960 não havia reconhecimento de uma possível conexão entre seus problemas e o trauma de seus pais" (Bergmann; Jucovy, 1982, p. 35).

O segundo fator associado foi a descrição do Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), como categoria diagnóstica, no final da década de 1970 (incluída no DSM III em 1980), o que formalizou e medicalizou as concepções sobre os efeitos traumáticos de eventos externos, incluindo estupro e combate militar, além de desastres naturais e acidentes graves. Em 1987, a lista de fatores estressantes no DSM III-R foi ampliada para especificar "tortura" e "campos de extermínio", bem como a destruição repentina da casa ou comunidade de alguém e "tomar conhecimento de uma ameaça ou dano grave a um amigo próximo ou parente" (APA, 1987, p. 247-278). Esses eram precisamente os tipos de fontes de danos psicológicos de longo prazo que haviam sido excluídos ou marginalizados nos relatos psiquiátricos e psicológicos das décadas de 1950 e 1960.

A literatura sobre TEPT e "trauma" é vasta, desde a década de 1980, abrangendo textos médicos e psiquiátricos, bem como comentários e reutilizações do termo nas ciências sociais e humanas. Em todas essas áreas suas implicações têm sido debatidas e contestadas.[17] Vou destacar apenas alguns pontos relevantes para o impacto dos discursos sobre trauma na psicanálise. Primeiro, os sofrimentos da segunda geração de sobreviventes do Holocausto foram inicialmente elaborados de forma relativamente separada (e psicanaliticamente) do trabalho mais psiquiátrico sobre TEPT, embora os principais contribuintes para a noção psiquiátrica de trauma, como Robert Jay Lifton, fossem versados em psicanálise e se baseassem em seu vocabulário.[18] Quando Lifton escreveu o prefácio da tradução americana de *A incapacidade do luto*, em 1975, seu próprio trabalho com veteranos do Vietnã podia ser correlacionado com as sintomatologias dos sobreviventes do Holocausto, bem como dos de Hiroshima, em parte porque os relatos desses sintomas estavam surgindo no mesmo momento histórico. Mas essa perspectiva mais ampla sobre o trauma não estava disponível para os próprios Mitscherlichs em 1967.

Em segundo lugar, a resposta da psicanálise aos debates sobre o trauma continua extremamente dividida. Por um lado, Freud propôs no início de sua carreira que certas neuroses, incluindo a histeria, eram causadas por incidentes sexuais traumáticos ou atos de abuso na infância que foram reprimidos e precisavam ser recuperados conscientemente para que a cura fosse possível. No entanto, essa explicação, conhecida como "teoria da sedução" de Freud, foi logo substituída pela teoria mais propriamente associada à psicanálise, segundo a qual os impulsos sexuais

17 Ver Leys (2000); Lerner e Micale (2001); Shephard (2002); Fassin e Richtman (2009) para uma visão geral da literatura das duas primeiras décadas.

18 Ver Herzog (2016) para uma tentativa de integrar melhor as histórias do trauma pós-Holocausto e do TEPT.

inerentes ao indivíduo entram em conflito com o ego em desenvolvimento (Leys, 2000; Prager, 1998). Foi essa ideia que foi mobilizada por Ernest Jones e outros para explicar o choque de guerra na Primeira Guerra Mundial (como uma reação histérica que afetava particularmente os soldados que, devido à sua história infantil, estavam predispostos a reações neuróticas) (Shephard, 2002). Quando o trauma ganhou destaque como diagnóstico psiquiátrico na década de 1980, alguns analistas se empenharam em relacionar a teoria pré-psicanalítica de Freud sobre o trauma sexual e os escritos sobre o choque de guerra com os trabalhos psicanalíticos muito posteriores sobre sobreviventes do Holocausto e investigações contemporâneas sobre TEPT, dando origem a um senso de engajamento contínuo com o trauma e a história. Assim, Werner Bohleber afirmou, em 2007, em seu discurso de abertura no primeiro Congresso Internacional de Psicanálise realizado na Berlim do pós-guerra, que "a psicanálise começou como uma teoria do trauma" (2007, p. 329) e que, desde *Recordar*, *repetir e elaborar*, passando pelas duas guerras mundiais e chegando ao trabalho sobre a memória com os filhos e netos dos sobreviventes, ela se comprometeu periodicamente a processar as repercussões de eventos reais. Mas outros têm visto a teoria do trauma como geradora de um modelo inerentemente antipsicológico e antipsicanalítico. Para Prager, por exemplo, o discurso sobre o trauma que domina a "nova psicologia social", bem como a comunidade de saúde mental, envolve a sociedade em "um ataque à própria subjetividade", que substitui o eu interpretativo por um foco no impacto determinante da história sobre os indivíduos (1998, p. 132-133).

Uma complexidade adicional, que as discussões psicanalíticas sobre o trauma tendem a obscurecer, é se o tipo de trabalho sobre a memória traumática associada ao trauma sexual e, posteriormente, ao estresse pós-traumático, e que se baseia em noções de choque repentino ou explosões de afeto, pode ser descritivamente associado ao sofrimento dos civis judeus no Holocausto, que incluiu a ameaça mais generalizada de morte, violência, tortura e degradação, bem como testemunhar a morte de membros da família e a destruição burocraticamente administrada de comunidades. Em que medida uma forma de desastre tão prolongada temporal e socialmente já havia feito parte do modelo psicanalítico de danos psicológicos? Como observou o psiquiatra Kurt Kolle em 1958: "O tema é novo, não há precedentes"; além disso, o destino dos judeus "não deve, de forma alguma, ser comparado a acidentes que acontecem às pessoas [...] [ou] a ferimentos sofridos no serviço militar" (Herzog, 2016; Alford, 2011). O que é notável em artigos como *Do concretismo à metáfora* (1984), um estudo marcante da psicanalista alemã Ilse Grubrich-Simitis, é o quão novo e pouco ortodoxo parece o foco nas origens do trauma "externo", que na década de 1980 ainda precisava ser cuidadosamente defendido. Grubrich-Simitis teve dificuldade para demonstrar que esses pacientes estavam "à mercê de eventos *externos* apocalípticos" (1984, p. 307, ênfase no original) e sugeriu que era necessário voltar até o trabalho pré-psicanalítico de Freud, quando ele "ainda se preocupava

principalmente com eventos traumáticos reais [...] um distúrbio exógeno na geração dos pais" (1984, p. 308-309) para encontrar um modelo. Simplesmente não havia precedente para esse tipo de interpretação dentro da própria psicanálise.

Dois outros desenvolvimentos pós-1970 ajudaram a fortalecer a sensação – tanto na psicanálise quanto nas ciências humanas e sociais de forma mais ampla – de que a psicanálise era, e sempre fora, preeminentemente "histórica". Um deles foi a teorização de Jean Laplanche sobre *Nachträglichkeit*, um termo que Freud havia usado principalmente para significar "efeito retardado", mas que Laplanche reutilizou para indicar um elemento no desejo da mãe cujo significado escapa à criança, mas fica alojado em sua experiência como uma "mensagem enigmática". Por essa razão, o adulto que olha para o seu próprio passado não consegue assimilá-lo totalmente; ele sempre incorporará "algo que vem antes – uma mensagem do outro" (Laplanche, 1992, p. 222). A segunda é *Notas sobre o fantasma*, de Nicolas Abraham, e artigos relacionados escritos em colaboração com Maria Torok, nos quais eles elaboraram a noção de histórias não ditas ou silenciadas na vida dos pais, que são transmitidas, ou "criptografadas", na experiência inconsciente da criança (Abraham; Torok, 1994; Frosh, 2013). No final da década de 1990, essas novas teorizações psicanalíticas se fundiram com ideias freudianas mais antigas e elementos da teoria do trauma para criar uma abordagem distintamente psicanalítica da narração da violência histórica e de seus passados históricos reprimidos (o discurso de Bohleber no congresso de 2007 cita tanto as mensagens enigmáticas de Laplanche quanto os "segredos de família" de Abraham no contexto do trauma e da memória coletiva). A noção de "transmissão transgeracional" inconsciente foi desenvolvida ainda mais no trabalho com sobreviventes do Holocausto de segunda e terceira gerações e cada vez mais aplicada aos legados de outros conflitos violentos (Volkan et al., 2002).

Um elemento final que alimentou esse discurso psicanalítico sobre história e trauma na década de 1990 veio da desconstrução literária, em particular por meio de colaborações entre Cathy Caruth, Soshona Felman e o psiquiatra Dori Laub (Caruth, 1995; Felman; Laub, 1992) e através do envolvimento de Derrida com o trabalho de Abraham e Torok durante as décadas de 1970 e 1980 (Derrida, 1986). Especialmente na obra de Derrida, termos relacionados ao assombro (fantasmas, criptas, o misterioso) se fundiram com o vocabulário psicanalítico para formar novos conceitos críticos de "historicidade", informados pela violência e pela lembrança (Ffytche, 2012). O livro *Espectros de Marx* (1993), de Derrida, foi fundamental para o desenvolvimento dessa leitura quase freudiana da história "sinistra", que foi incorporada ao discurso mais amplo sobre trauma e feridas por vários teóricos culturais nas ciências humanas (Caruth, 1995; LaCapra, 2001; Santner, 1990; Schwab, 2010), mas também nas ciências sociais (Gordon, 1997; Prager, 1998). Para Santner, "os legados – ou talvez mais precisamente: os fantasmas, os objetos que retornam – do período nazista são transmitidos à segunda e terceira gerações nos

locais das cenas primárias de socialização" (1990, p. 35); ou, como observou Schwab: "Pervasiva nas histórias violentas é a transmissão transgeracional do trauma ou, como Abraham e Torok colocam, uma história de assombração fantasmagórica pelos fantasmas de um passado silenciado" (2010, p. 72).

Este breve esboço das conexões entre a psicanálise e as novas literaturas sobre trauma e luto abrange muitas iniciativas distintas que alguns autores tentaram integrar durante a década de 1990, com base no argumento de que todas articulavam aspectos da interação perturbada entre história e memória – quer se tratasse dos fenômenos de latência e flashbacks associados ao TEPT, dos trabalhos pós-Holocausto sobre a transmissão intergeracional da experiência, o Nachträglichkit freudiano e laplanchiano, ou os *revenants* e as histórias criptografadas de Derrida, Abraham e Torok. Todas surgiram tarde demais para alimentar a análise dos Mitscherlichs, que, como vimos, ainda depende de um conjunto bastante diferente de pontos de referência pertencentes à psicologia social das décadas de 1950 e 1960. O que também é significativo é que pouca coisa nessa literatura das décadas de 1980 e 1990 remete a *Incapacidade do luto*.

A escassez de referências aos Mitscherlichs na primeira onda de literatura clínica sobre a segunda geração[19] também não se deve ao fato de os Mitscherlichs lidarem com os filhos dos perpetradores, em vez das vítimas. Na verdade, o impulso para teorizar os efeitos históricos do nazismo nas gerações subsequentes de alemães surgiu simultaneamente com essa fase de trabalho mais intensivo sobre os depoimentos dos sobreviventes do Holocausto, e a importância de ler e teorizar essas experiências em conjunto foi considerada crucial desde o início. Uma seção de *Gerações do Holocausto* foi dedicada aos filhos dos perseguidores – como escreveram Bergmann e Jucovy: "Quando nosso grupo foi fundado em 1974, sabíamos que o estudo dos filhos dos nazistas era tão importante quanto o estudo dos problemas enfrentados pelos filhos dos sobreviventes" (Bergmann; Jucovy, 1982, p. 161). Por mais que os psicanalistas que trabalhavam com esse material na década de 1980 estivessem empenhados em manter as patologias dos perpetradores e das vítimas separadas umas das outras, na prática, as terminologias e interpretações dos processos psíquicos influenciavam-se continuamente: "foram descobertas semelhanças notáveis entre os históricos dos filhos dos oprimidos e os dos opressores" (Santner, 1990, p. 35). Os sobreviventes, nos relatos de Grubrich-Simitis e Niederland, assim como os alemães de Mitscherlich, vivenciaram a patologia de eventos que "eram continuamente desrealizados por meio da [...] negação" (Grubrich-Simitis, 1984, p. 308) – embora a ética e a política desses fenômenos permaneçam crucialmente diferentes. Ao mesmo tempo, os alemães e outros grupos de perpetradores começaram gradualmente a ser vistos como também sujeitos aos traumas da lembrança – dos horrores, bem como da culpa. Como Schwab resumiu mais recentemente:

19 Para uma exceção, ver: Grubrich-Simitis (1981).

> Os discursos sobre trauma têm-se centrado quase exclusivamente nas vítimas do trauma. Penso que precisamos de discursos sobre trauma que analisem a dinâmica entre vítimas e perpetradores e que reconheçam que ambos sofrem de deformações psíquicas resultantes de histórias violentas, embora de formas diferentes e com responsabilidades diferentes (2010, p. 72).[20]

A combinação de todas essas tendências, desde a década de 1990, criou pontes entre a noção de historicidade, eventos históricos, trauma e o inconsciente de maneiras que devem ter sido simplesmente inimagináveis para os Mitscherlichs em 1967. Embora, é claro, ainda existam muitos escritos psicanalíticos contemporâneos que tratam do conceito de trauma do ponto de vista da identificação e do superego, as últimas duas décadas também testemunharam alguns tipos muito diferentes de integração entre os compromissos psicanalíticos de compreender os processos internos de construção de significado do indivíduo e as observações sociológicas e históricas sobre as consequências psíquicas de conflitos violentos. Surgiram trabalhos que colocam em primeiro plano os atos de decodificação e rememoração de um passado histórico enterrado, em vez das patologias da estrutura do caráter ou da autoridade.[21] Tudo isso leva a um novo pacto: não psicanálise e sociologia, mas psicanálise com história e trauma, como forma de compreender a patologia das comunidades atuais.

Os pais na história e na fantasia

Antes de algumas observações finais sobre os efeitos da adoção da psicologia social pelos Mitscherlichs, gostaria de voltar ao tema dos pais, com o qual esta investigação começou. Fiz afirmações gerais sobre uma mudança paradigmática nos estudos da sociedade baseados na psicanálise, passando da preocupação com a autoridade social e o superego para um foco na transmissão intergeracional da história e do trauma. Mas como isso se manifestou no nível do trabalho de caso na Alemanha de Mitscherlich nas décadas de 1970 e 1980 (o próprio Alexander Mitscherlich faleceu em 1982)? Que mudanças se observam na forma como os pais e suas histórias são retratados? Relatos psicanalíticos do trabalho terapêutico com alemães de segunda geração (os descendentes dos perpetradores) começaram a surgir no final da década de 70, incluindo "A Double Helix: Alguns Determinantes da Autoperpetuação do Nazismo" (Simenauer, 1978), "Sombras da História Contemporânea na Terapia Psicanalítica" (Rosenkötter, 1979), e "Identificação e suas Vicissitudes no Contexto do Fenômeno Nazista" (Eickhoff, 1986). Nesses textos, encontram-se os primeiros indícios de uma mudança das patologias de ligação no grupo social para dimensões históricas externas.

20 Para reflexões detalhadas e críticas sobre os problemas inerentes à historicização das experiências das vítimas juntamente com as dos perpetradores, consulte Frie (2012/2014).

21 Ver, por exemplo, os ensaios reunidos em Harris et al. (2017).

É verdade que muitos desses artigos ainda compartilham os termos da análise dos Mitscherlichs – por exemplo, a preocupação com a "dinâmica edipiana não resolvida" e o trauma dos adolescentes "quando seus pais heróis derrotados e completamente impotentes retornaram às famílias que até então estavam sem pai". O "declínio da imagem paterna [...] foi considerado como a experiência decisiva que levou às rebeliões estudantis em todo o mundo", escreveu Simenauer na década de 1970 (Simenauer, 1978, p. 411-412). No entanto, o que se destaca é uma maior ênfase nas relações históricas (e não apenas no desenvolvimento) entre as gerações, e relatos mais detalhados e complexos das interações entre a história e a vida. Para Rosenkötter, as crises de identidade dos pacientes aparecem como "historicamente estruturadas" (1979, p. 1024) – um uso clínico do termo "historicamente" que reflete as referências dos Mitscherlichs aos limites temporais do desenvolvimento infantil. Mas o histórico do caso de Eickhoff, também sobre identificação, contém alguns novos pontos de partida interessantes e "é caracterizado pelo estreito entrelaçamento da história de vida do paciente e do contexto histórico" (1986, p. 33) – tanto que o analista introduziu uma tabela cronológica como posfácio ao relato, correlacionando momentos-chave da terapia, ao longo de quase 15 anos, com eventos históricos públicos. Um desses eventos mencionados foi a publicação de *A incapacidade do luto*, que coincidiu com o início do envolvimento de Eickhoff no tratamento do paciente.

Em segundo lugar, o tema da transmissão intergeracional é abordado de forma mais explícita: Eickhoff retoma desde cedo o termo da teorização de Kestenberg sobre "a 'transmissão' do potencial traumático de uma geração para a seguinte" (1986, p. 34).[22] Junto com isso, surge uma preocupação com as temporalidades da lembrança histórica dentro do processo terapêutico. Assim, Eickhoff dá grande importância ao fato de que a informação de que o pai do paciente era um membro de alto escalão da SS de Himmler só surgiu na 117ª sessão da análise. Isso alerta o autor para o caráter "secreto" das histórias, mas também para o longo período de tempo que é necessário aguardar para que elas venham à tona (o que contrasta com a disposição dos Mitscherlichs de interpretar o silêncio como um corte no desenvolvimento do afeto – uma desrealização constitucional do passado – integrado à própria estrutura de caráter da primeira geração).

Em terceiro lugar, esses autores ainda não incorporaram a teorização de Abraham e Torok sobre segredos familiares, mas os segredos se impõem como um problema relacionado à dinâmica especificamente histórica do material relacionado ao período nazista. As reconstruções da história de vida do paciente e da história da terapia são forçadas a interagir com processos mais públicos de lembrança e memorialização, mas também de negação, de informações históricas. Isso muda um pouco o foco clínico dos mecanismos internos de motivação para a forma como as fantasias públicas e privadas se cruzam e também mediam em ambas as

22 Citando também "From Concretism to Metaphor" de Grubrich-Simitis e o trabalho de Bergmann e Jucovy.

direções entre a construção do passado e a experiência do presente. É especialmente impressionante a forma como essas fantasias estão sujeitas a – ou são subvertidas por – dinâmicas diferentes da "transferência" clínica. Além de projetar o passado no analista, o passado também é algo que pode ser ocultado ou buscado em termos factuais. Há uma passagem marcante no artigo de Simenauer que trata da maneira como a paciente gradualmente descobriu, durante sua infância, que seu pai havia sido responsável pela liquidação dos bens deixados pelas vítimas dos campos de extermínio em um dos territórios orientais e que, no final da guerra, havia sido morto por guerrilheiros (1978, p. 415). Ela elaborou um plano para forçar a abertura da gaveta da mesa de sua mãe, que estava sempre trancada, na qual ela presumia que encontraria documentos que forneceriam a prova que confirmaria ou destruiria sua idealização contínua de seu pai, quem ela queria acreditar ser incapaz de ser um criminoso de guerra. "Mas quando a oportunidade desejada surgiu, ela de repente desistiu de seus planos há muito acalentados" (1978, p. 416).

A narrativa de Simenauer ainda trata de idealização, identificação, ambivalência e negação – o que se relaciona com os temas abordados pelos Mitscherlichs; mas é historicamente mais complexa do que a deles. Mudamos, significativamente, de uma explicação causal – os pecados dos pais recaindo sobre os filhos – para fantasias retrospectivas. São os filhos e netos que transmitem e tentam separar o bom do mau, em narrativas que não podem ser contadas de forma direta devido à sua dificuldade, trans-historicidade e complexidade do que é projetado nelas. Também se obtém aqui uma noção mais fluida das inter-relações entre fantasias e narrativas históricas, e da maneira como as crianças recebiam representações culturais mais amplas do passado, bem como da dinâmica da narração histórica dentro da família.[23] No relato de Grubrich-Simitis (que não trata dos filhos dos perpetradores, mas da experiência da segunda geração de sobreviventes), o paciente, em determinado momento, "começa a investigar o passado dos pais" (1984, p. 310) e passa a "estudar fontes históricas, questionar parentes e amigos" (1984, p. 312). Assim, a noção do que constitui uma conexão psíquica com o passado está sendo ampliada muito além da formação do superego e muda a maneira como a história é trazida para o quadro analítico.

Os pais estão muito presentes nesses relatos – pode-se notar, a esse respeito, o surgimento paralelo de um gênero específico de "livros sobre pais" no final da década de 1970 na Alemanha, muitas vezes escritos por filhos de perpetradores nazistas, com o objetivo de construir relatos narrativos do passado e das relações pai-filho, em vez de fragmentos, negação, subterfúgios e silêncio (Schneider, 1984; Santner, 1990). Ninguém nesses textos argumenta que o poder da imagem paterna tenha sido enfraquecido – ao contrário, muitos dos sujeitos são percebidos como

23 Desde o milênio, tem havido um surpreendente aumento da literatura autobiográfica e de história oral emergente da terceira geração de alemães, bem como pesquisas que analisam criticamente as disparidades entre a transmissão pública e privada de narrativas históricas sobre o período nazista. Ver, por exemplo, Ustorf (2010) e Welzer et al. (2002).

vivendo uma vida dupla: a sua própria e a de seus pais. Grubrich-Simitis recorre a Kestenberg para descrever uma paciente que estava isolada "na realidade do passado do pai" – por vezes, "ela era o pai escondido" (1984, p. 302). Esse relato dos mecanismos psíquicos vai "além do que normalmente consideramos identificação" (1984, p. 303), devido ao grau de "imersão em outra realidade", incluindo a revivência das experiências históricas de outra pessoa, sejam elas concebidas como memórias ou alucinações. A recuperação colaborativa dessa realidade histórica torna-se uma inovação importante na terapia. Em um capítulo dedicado às "fantasias inconscientes relacionadas à história", o psicanalista e psiquiatra Vamik Volkan defendeu mais recentemente a existência de fantasias "desenvolvidas exclusivamente pela criança a partir de imagens das experiências traumáticas sofridas pelo grande grupo ou grupos aos quais ela pertence" – aqui, as imagens mentais da história "tornam-se inextricavelmente entrelaçadas com os conflitos psicossexuais individuais da criança" (Volkan et al., 2002, p. 39-41).

O inconsciente psíquico para os Mitscherlichs contém formas inconscientes de identificação com o pai, não pedaços inconscientes da história do pai. Também não há muito sentido em dizer que esses analisandos das décadas de 1970 e 1980 – sejam eles filhos de perpetradores ou vítimas – são desprovidos de afeto. Em vez disso, eles parecem estar ligados aos pais por formas de fascínio, ambivalência e compulsão. Por fim, os pais estão presentes como identificações, como ausências, como figuras perversas ou incompreensíveis e, de uma forma mais clássica, como objeto de emoções ambivalentes. Mas eles não são mais o eixo central de uma análise sociopsicológica da patologia da autoridade. Uma das coisas que surge na sociologia e na história nas décadas de 1970 e 1980, após o alerta dos Mitscherlich sobre o declínio da imago paterna, é precisamente uma crítica feminista ao patriarcado e ao falocentrismo, e isso afeta significativamente aqueles elementos do paradigma psicanalítico que Mitscherlich, assim como Horkheimer ou Erikson, são capazes de transmitir aos novos públicos da década de 1980.

Diagnóstico e empatia

Este artigo não visou defender a aliança entre psicanálise, luto e história em detrimento do trabalho mais sociológico. A ascensão do "império do trauma" também tem sido bastante criticada (Alford, 2011; Leys, 2000; Prager, 1998; Tresize, 2013, e muitos outros). Meu objetivo foi, em vez disso, apontar a natureza da mudança tectônica ocorrida durante a década de 1970 – a qual afetou as alianças disciplinares da psicanálise com a sociologia e a história –, assim como explorar as maneiras pelas quais essas mudanças criaram transformações complexas, e muitas vezes não percebidas, no objeto de investigação. Uma delas diz respeito à forma como os pais foram, inicialmente, centrais na sociologia psicanalítica, mas depois se tornaram relativamente marginais; outra é a forma como a história recente foi inicialmente excluída, mas acabou por constituir um dos pilares da escrita psicanalítica sobre o social.

Gostaria de concluir explorando mais uma consequência da forma como os Mitscherlichs se posicionam em relação aos seus sujeitos – como "psicólogos sociais" em vez de psicanalistas – e como isso é revertido em trabalhos posteriores. Apesar de breves referências a "lembrar" e "elaborar", *A incapacidade do luto* não se preocupa propriamente com a terapêutica: os autores são, antes, diagnosticadores, que se mantêm distantes dos seus sujeitos, e isso é acentuado pelos seus autoposicionamentos como cientistas sociais que buscam estabelecer "Princípios do Comportamento Coletivo". Manter uma relação tolerante ou "terapêutica" com seus sujeitos (sujeitos e não pacientes) não é algo que os Mitscherlichs estivessem ativamente buscando. Eles realocaram insights psicanalíticos em um terreno sociológico "para além da clínica", onde os conceitos assumem uma função crítica em vez de uma função clínica. Como críticos sociais veementes, eles estão mais preocupados com a patologia do que com a cura – o livro sustenta uma polêmica contra a sociedade germânica. Como Tilmann Moser (1992) apontou, o que se obtém em *A incapacidade do luto* é uma combinação muito estranha do analista compreensivo com um acusador impiedoso. Os próprios Mitscherlichs descreveram seu método como "um de ataque" (1975, p. 68).

Aqui, há uma interessante fusão de tendências, dado que, por um lado, o foco no superego, na consciência e na culpa já constituía a principal ponte entre Freud e a sociologia nesse período, tanto no contexto anglo-americano como no alemão. Obras como *A sociedade sem o pai*, de Mitscherlich, *A multidão solitária*, de Riesman, *A estrutura social e a personalidade*, de Parsons, e *O jovem Lutero*, de Erikson, abordam a socialização dos indivíduos e a enquadram através da dinâmica mutável da autoridade e da culpa. No entanto, esse foco psicossocial na culpa foi abordado de uma maneira diferente, mais crítica, no contexto dos debates alemães do pós-guerra sobre a culpabilidade moral, que por sua vez inspiraram sua própria literatura psicológica.[24]

O ponto com o qual quero concluir é que existe algo na aliança disciplinar entre psicanálise e sociologia, que dominou as décadas de 1950 e 60, que também reorienta a função da psicanálise, afastando-a da exploração da subjetividade associada à terapia pela fala em direção a uma forma mais fria de diagnóstico; das histórias individuais em direção a tipologias coletivas; e da terapia em direção a um foco na patologia. A conclusão do volume dos Mitscherlichs enfatiza exatamente esses três pontos, cada um dos quais, à sua maneira, inscreve uma recusa da empatia dentro da estrutura socioanalítica. Eles escrevem que (1) a ciência política é a ciência do diagnóstico; (2) o acúmulo de padrões individuais fornece ao psicanalista "a ponte para a sociologia"; e (3) "o ponto de partida do psicanalista deve ser sempre a patologia do indivíduo" (1975, p. 297).

24 Por exemplo, *A questão da culpa alemã*, de Karl Jaspers (2000), ou *Depois da catástrofe*, de Jung (1964), que abordam a questão da culpa europeia compartilhada.

Focando aqui a palavra "empatia" – que pode ou não ser considerada um recurso psicanalítico necessário, dependendo se considerarmos as descrições da técnica de Freud, as de Ferenczi e Winnicott ou a escola relacional mais contemporânea. A incapacidade dos alemães de sentirem empatia constitui o cerne do diagnóstico dos Mitscherlich sobre a sociedade do pós-guerra, na qual os cidadãos estão desconectados de suas vidas emocionais, distantes e apáticos. A empatia, escrevem eles, é "algo que os alemães demonstraram até agora apenas de forma embrionária em suas atitudes culturais e, sobretudo, em suas emoções políticas" (1975, p. 64) – uma afirmação que pode ser compreendida em seu contexto crítico e moral, mas que mesmo assim é curiosa, visto que foram os alemães que cunharam o termo Einfühlung (do qual derivam os discursos modernos sobre empatia) e forneceram seu ímpeto teórico inicial nos campos da psicologia e da estética. O que os Mitscherlichs não consideram é o grau em que a recusa da empatia está inscrita nas condições de sua própria abordagem sociodiagnóstica. A lente sociológica, por si só, desempenha um papel importante ao dissociar a representação dos sujeitos alemães da dinâmica de suas vidas emocionais (por meio da abstração e da busca por uma lógica cultural geral do comportamento). Isso contrasta com a relação clínica entre analista e analisando – a qual, no mínimo, visa a um conhecimento mais profundo e a um envolvimento com as particularidades da vida emocional de uma pessoa, mas que também tem sido regularmente associada a uma espécie de sensibilidade interpessoal ou empatia.

Uma comparação interessante pode ser feita aqui com um texto muito posterior de um psicanalista e historiador que se dedica à história social alemã – especificamente às experiências de vida da geração nascida entre 1900 e 1915, que eram adolescentes durante a República de Weimar e membros do partido durante o Terceiro Reich. Eles sobreviveram às dificuldades dos anos imediatamente posteriores à guerra para alcançar a prosperidade nas décadas de 1950 e 60, mas também formaram o pano de fundo silencioso e impassível de *A incapacidade do luto* dos Mitscherlich. A obra de Thomas Kohut, *Uma geração alemã* (2012), produzida a partir de um projeto de história oral que remonta a 1988-1989 – ao qual Kohut se juntou em 1995 – busca desvendar as maneiras pelas quais essa geração vivenciou sua própria história e, subsequentemente, seu passado. O autor concentra-se nas tentativas dos entrevistados de refletir sobre o século XX e acrescenta seus próprios ensaios e análises reflexivas sobre como suas narrativas são moldadas.

Trata-se, em grande medida, de uma tentativa de psicohistória pós-1990, e não de psicologia social psicanalítica. Mas, como tal, o livro de Kohut também manifesta uma perturbação muito interessante em relação à questão da empatia. Se a empatia é ou não uma parte necessária da visão canônica da relação analista-paciente, e o que ela significa nesse contexto, ainda está em debate. Curiosamente, o pai de Thomas Kohut, o inovador psicanalítico radical das décadas de 1960 e 70, Heinz Kohut,

considerava a empatia como definidora do próprio campo psicanalítico, na medida em que exigia que o analista se colocasse no lugar do paciente (H. Kohut, 1959, 2010). Mas, a partir do século XIX, a empatia também se tornou um ponto de referência para os historiadores que debatem a forma como podemos habitar o passado. E é como historiador (e não como psicanalista) que Thomas Kohut invoca a necessidade de empatia no início do seu texto: as entrevistas são, em geral, congruentes com uma "abordagem empática" da experiência subjetiva (2012, p. 16); "a empatia está no cerne do método histórico e no cerne do apelo da história" (2012, p. 18).

No entanto, ele se preocupa com o fato de que "a falta de simpatia pelos entrevistados pode ter limitado minha empatia por eles" (2012, p. 17). Compare isso com o conselho de Grubrich-Simitis na década de 1980 de que: "o analista tem que superar a inclinação de suspender a empatia, que surge espontaneamente mesmo pelo contato indireto com os fatos do Holocausto" (Grubrich-Simitis, 1984, p. 313; Frie, 2017). Grubrich-Simitis responde aqui ao problema de que os psicanalistas, assim como seus pacientes, podem ter tido uma resistência muito forte e inconsciente para considerar os traumas da história, impedindo a entrada desse material concreto no processo terapêutico. Para Kohut, o problema tem mais a ver com a falta de vontade de entrar na mente dos perpetradores. Mas é possível o inferir dessas duas afirmações que uma das razões para a guinada dos psicanalistas para o trabalho sociológico, em vez da rememoração histórica, nas décadas de 1950 e 60, foi a possibilidade de responderem de forma crítica e polêmica à experiência da Alemanha nazista, por meio da análise da autoridade patológica, sem terem que se reimergir nos traumas do período tal como foram vivenciados pelos indivíduos. E, em segundo lugar, a partir da perspectiva mais abstrata das observações sociológicas voltadas para "tipos" e "estruturas", eles conseguiram evitar algumas das complexidades morais suscitadas em torno da empatia pelo uso de métodos psicohistóricos.

No entanto, em 2012, a situação era muito diferente da década de 1960, e Kohut sente-se mais compelido a substituir a postura crítica dos Mitscherlich – focada na culpa não reconhecida – por uma análise que gira em torno da perda não reconhecida. No último ensaio reflexivo do livro, ele invoca o relato dos Mitscherlich de 1967 para inverter seus termos. Em vez de a incapacidade de encarar a culpa soterrada ter impedido os alemães de fazer o luto por suas perdas (como Kohut interpreta os argumentos dos Mitscherlich), ele propõe que "a incapacidade dos alemães de fazer o luto pelas perdas avassaladoras que sofreram, incluindo a perda do Terceiro Reich, os impediu de sentir culpa por seus crimes" (Kohut, 2012, p. 231). Ele continua:

> Do programa aliado de 'desnazificação' no final da década de 1940 às críticas da geração mais jovem e de pessoas como os Mitscherlich no final da década de 1960, a falta de respostas empáticas do ambiente em relação às perdas sofridas pelos alemães que viveram sob o Terceiro Reich contribuiu para eliminar a empatia deles por si mesmos – ou pelas vítimas do nacional-socialismo – e simplesmente colocá-los na defensiva (Kohut, 2012, p. 232).

Assim, enquanto para os Mitscherlich a Alemanha ainda não havia sido capaz de "cultivar" empatia em seu povo fragilizado e apático, para Kohut, é a recusa da empatia por parte de historiadores e comentadores que desativou a conexão entre gerações e prejudicou a reflexão ética.

Em uma reviravolta adicional, para Kohut, um dos fatores por trás do deslocamento psicológico da perda e do luto alemães é a maneira como os filhos "tendiam a projetar sua própria culpa em relação ao Terceiro Reich sobre seus pais, evitando, nesse processo, ter que sentir empatia ou mesmo compaixão pelo sofrimento deles" (2012, p. 231). A questão de como essa história deve ser recuperada e o papel da empatia nesse processo permanecem particularmente complexos, especialmente desde a ascensão de contranarrativas da extrema-direita. Para os propósitos deste artigo, porém, e em conclusão, quero apenas observar novamente que o que está em jogo aqui – nos argumentos sobre a culpa recusada ou projetada, ou sobre perda negada e a falta de empatia – gira em torno de uma questão de relações históricas, e não sociológicas. E na medida em que Kohut traz sua formação psicanalítica para sustentar este trabalho histórico, isso se dá em torno dessas armadilhas e tensões na lembrança, e não – como foi para Mitscherlich, Erikson e outros escritores de meados do século – por meio de análises da lógica da autoridade social, ou da necessidade de reconstruí-la. O olhar do psicanalista que se debruça sobre o terreno socio-histórico é hoje em dia muito mais temporal – ele está menos inclinado a diagnosticar as patologias das *estruturas* sociais presentes e menos propenso a se concentrar na concepção freudiana clássica do superego como a principal ponte para a realidade social.[25]

Traduzido por Fátima Caropreso[26]

25 Sou grato a Michal Shapira por me dar a oportunidade de apresentar uma versão anterior deste artigo na conferência 'Psicanálise e História' no Heyman Center, Universidade de Columbia, em 2014, e a Christian Smith e Julie Walsh por me convidarem para apresentar uma versão mais desenvolvida como parte da série de seminários Psicanálise Através das Disciplinas, na Universidade de Warwick, em 21 de janeiro de 2015. Agradeço também a Louise Braddock e Richard Gipps pelo convite para apresentar este material nos seminários interdisciplinares em psicanálise, St John's College, Oxford, em 8 de fevereiro de 2016. Também quero agradecer a Karl Figlio, Roger Frie, Dagmar Herzog e Michael Roper, que leram e comentaram versões anteriores deste artigo.

26 UFJF e Universidade de Essex.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1994). *The Shell and the Kernel*: Volume I. Chicago: University of Chicago Press.

ADORNO, T. (1991[1951]). "Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda". In: *The Culture Industry*: Selected Essays on Mass Culture. London: Routledge, p. 114-135.

ADORNO, T.; FRENKEL-BRUNSWICK, E.; LEVINSON, D.; NEVITT SANFORD, R. (1950). *The Authoritarian Personality*. New York: Harper and Brothers.

ALFORD, C. F. (2011). "Is the Holocaust Traumatic?'". In: *Journal of Psycho-Social Studies* 5(2): p. 195-216.

APA (American Psychiatric Association). (1987). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Third Edition – Revised). Washington, DC: American Psychiatric Association.

BERGMANN, M. S.; JUCOVY, M. E. (1982). *Generations of the Holocaust*. New York: Basic Books.

BOHLEBER, W. (2007). "Remembrance, Trauma and Collective Memory: The Battle for Memory in Psychoanalysis". In: *International Journal of Psychoanalysis* 88: p. 329-52.

CARUTH, C. (ed.). (1995). *Trauma*: Explorations in Memory. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

DEHLI, M. (2009). "Shaping History: Alexander Mitscherlich and German Psychoanalysis After 1945". In: *Psychoanalysis and History* 11(1): p. 55-73.

DERRIDA, J. (1986). "Fors: The Anglish Words of Nicolas Abraham and Maria Torok". In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. *The Wolf Man's Magic Word*: A Cryptonomy. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. xi-xlviii.

_____. (1993). *Spectres of Marx*: the State of the Debt, the Work of Mourning, and the New International. New York and London: Routledge.

EICKHOFF, F. W. (1986). "Identification and its Vicissitudes in the Context of the Nazi Phenomenon". In: *International Journal of Psycho-Analysis* 67: p. 33-44.

ERIKSON, E. H. (1993). *Young Man Luther*: A Study in Psychoanalysis and History. New York: WW Norton.

_____. (1995). *Childhood and Society*. London: Vintage.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. (2009). *The Empire of Trauma*: An Inquiry into the Condition of Victimhood. Princeton: Princeton University Press.

FEDERN, P. (1919). *Zur psychologie der revolution*: die vaterlose gesellschaft [On the Psychology of Revolution: The Fatherless Society]. Vienna: Anzengruber.

FELMAN, S.; LAUB, D. (1992). *Testimony*: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis and History. London: Routledge.

FERENCZI, S.; ABRAHAM, K.; SIMMEL, E.; JONES, E. (1921). *Psychoanalysis and the War Neuroses*. London, Vienna, New York: The International Psycho-Analytic Press.

FFYTCHE, M. (2012). "Night of the Unexpected: A Critique of the 'Uncanny' and its Apotheosis within Cultural and Social Theory". In: *New Formations* 75: p. 63-81.

_____. (2013). "Freud and the Neocons: The Narrative of a Political Encounter from 1949-2000". In: *Psychoanalysis and History* 15(1): p. 5-44.

_____. (2016). "The Superego as Social Critique: Frankfurt School Psychoanalysis and the Fall of the Bourgeois Order". In: FFYTCHE, M.; PICK, D. (eds). *Psychoanalysis in the Age of Totalitarianism*. London: Routledge, p. 55-70.

FREUD, S. (1913). "Totem and Taboo". In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (24 volumes), ed. J. Strachey in collaboration with A. Freud, *Volume XIII* (*1913-1914*): Totem and Taboo and Other Works. London: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1953-1974, p. vii-162.

_____. (1917). "Mourning and Melancholia". In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (24 volumes), ed. J. Strachey in collaboration with A. Freud, *Volume XIV* (*1914-1916*): On the History of the Psycho-Analytic Movement, Papers on Metapsychology and Other Works. London: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1953-1974, p. 237-58.

_____. (1920). "Beyond the Pleasure Principle". In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (24 volumes), ed. J. Strachey in collaboration with A. Freud, *Volume XVIII* (*1920-1922*): Beyond the Pleasure Principle, Group Psychology and Other Works. London: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1953-74, p. 3-64.

_____. (1921). "Group Psychology and the Analysis of the Ego". In: *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (24 volumes), ed. J. Strachey in collaboration with A. Freud, *Volume XVIII* (*1920-1922*): Beyond the Pleasure Principle, Group Psychology and Other Works. London: Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1953-74, p. 65-144.

FRIE, R. (2012). "Memory and Responsibility: Navigating Identity and Shame in the German-Jewish Experience". In: *Psychoanalytic Psychology* 29: p. 206-222.

_____. (2014). "From Memorials to Bomb Shelters: Navigating the Emotional Landscape of German Memory". In: *Psychoanalytic Inquiry* 34(7): p. 649-662.

_____. (2017). *Not in My Family*: German Memory and Responsibility after the Holocaust. Oxford: Oxford University Press.

FROMM, E. (1990). *Man for Himself*: An Enquiry into the Psychology of Ethics. London: Routledge.

_____. (1991); "The Theory of Mother Right and its Relevance for Social Psychology". In: *The Crisis of Psychoanalysis*: Essays on Freud, Marx and Social Psychology. New York: Henry Holt, p. 109-135.

_____. (1997). *The Anatomy of Human Destructiveness*. London: Pimlico.

Fromm, E. (2001) *The Fear of Freedom*. London: Routledge.

FROMM, E.; HORKHEIMER, M.; MAYER, H.; MARCUSE, H. (1936). *Studien* über *Autorität und Familie* [Studies on Authority and Family]. Paris: Félix Alcan.

FROSH, S. (2013). *Hauntings*: Psychoanalysis and Ghostly Transmissions. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

GORDON, A. F. (1997). *Ghostly Matters*: Haunting and the Sociological Imagination. Minneapolis: University of Minnesota Press.

GORER, G. (1948). *The Americans*. London: Cresset Press.

GRUBRICH-SIMITIS, I. (1981). "Extreme Traumatization as Cumulative Trauma – Psychoanalytic Investigations of the Effects of Concentration Camp Experiences on Survivors and their Children". In: *Psychoanalytic Study of the Child* 36: p. 415-450.

_____. (1984). "From Concretism to Metaphor: Thoughts on Some Theoretical and Technical Aspects of Psychoanalytic Work with Children of Holocaust Survivors". In: *Psychoanalytic Study of the Child* 39: p. 301-319.

HABERMAS, J. (1989). *Towards a Rational Society*: Student Protest, Science, and Politics. Cambridge: Polity Press.

HARRIS, A.; KALB, M.; KLEBANOFF, S. (eds.) (2017). *Demons in the Consulting Room*: Echoes of Genocide, Slavery and Extreme Trauma in Psychoanalytic Practice. London: Routledge.

HERZOG, D. (2014). "The Obscenity of Objectivity: Post-holocaust Anti-Semitism and the Invention-discovery of Post-traumatic Stress Disorder". In: LEBOVIC, N.; KILLEN, A. (eds) *Catastrophes*: A History and Theory of an Operative Concept. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, p. 128-55.

HERZOG, D. (2016). *Cold War Freud*: Psychoanalysis in an Age of Catastrophes. Cambridge: Cambridge University Press.

HORKHEIMER, M. (1949). "Authoritarianism and the Family Today". In: ANSHEN, R. (ed.) *The Family*: Its Function and Destiny. New York: Harper, p. 359-374.

_____. (2002[1936]). "Authority and the Family". In: *Critical Theory*: Selected Essays. New York: Continuum, p. 47-128.

_____. (2004[1947]). *Eclipse of Reason*. London: Continuum.

JASPERS, K. (2000). *The Question of German Guilt*. New York: Fordham University Press.

JUNG, C. G. (1964). "After the Catastrophe". In: JUNG, C. G. *Collected Works of CG Jung, Volume X*: Civilization in Transition. London: Routledge and Kegan Paul, p. 194-217.

KARDINER, A. (1941). *The Traumatic Neuroses of War*. New York and London: Paul B. Hoeber.

KAUDERS, A. D. (2011a). "Psychoanalysis is Good, Synthesis is Better": The German Reception of Freud, 1930 and 1956". In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 47(4): p. 380-397.

_____. (2011b). "Drives in Dispute: The West German Student Movement, Psychoanalysis, and the Search for a New Emotional Order, 1967-1971". In: *Central European History* 44: p. 711-731.

KOGAN, I. (1995). *The Cry of Mute Children*: A Psychoanalytic Perspective of the Second Generation of the Holocaust. London: Free Association Books.

KOHUT, H. (1959). "Introspection, Empathy, and Psychoanalysis – an Examination of the Relationship Between Mode of Observation and Theory". In: *Journal of the American Psychoanalytic Association* 7: 459-483.

_____. (2010). "On Empathy: Heinz Kohut (1981)". In: *International Journal of Psychoanalytic Self Psychology* 5(2): p. 122-131.

KOHUT, T. A. (2012). *A German Generation*: An Experiential History of the Twentieth Century. New Haven and London: Yale University Press.

KRYSTAL, H. (ed.). (1968). *Massive Psychic Trauma*. New York: International Universities Press.

LACAPRA, D. (2001). *Writing History, Writing Trauma.* Baltimore: Johns Hopkins University Press.

LANGER, L. L. (1991). *Holocaust Testimonies*: The Ruins of Memory. New Haven: Yale University Press.

LAPLANCHE, J. (1992). "Notes on Afterwardsness". In: FLETCHER, J.; STANTON, M. (eds) *Jean Laplanche*: Seduction, Translation, Drives. London: Institute of Contemporary Arts, p. 217-223.

LERNER, P.; MICALE, M. S. (eds.). (2001). *Traumatic Pasts*: History, Psychiatry and Trauma in the Modern Age. Cambridge: Cambridge University Press.

LEYS, R. (2000). *Trauma*: A Genealogy. Chicago: University of Chicago Press.

_____. (2007). *From Guilt to Shame*: Auschwitz and After. Princeton, NJ: Princeton University Press.

LIFTON, R. J. (1975). "Preface". In: MITSCHERLICH, A.; MITSCHERLICH, M. *The Inability to Mourn: Principles of Collective Behavior.* New York: Grove Press, p. vii-xiii.

LOUGHRAN, T. (2017). *Shell-shock and Medical Culture in First World War Britain*. Cambridge: Cambridge University Press.

LUEL, S. A.; MARCUS, P. (eds.). (1984). *Psychoanalytic Reflections on the Holocaust*: Selected Essays. New York: KTAV.

MANDLER, P. (2013). *Return from the Natives*: How Margaret Mead Won the Second World War and Lost the Cold War. New Haven, CT: Yale University Press

MARCUSE, H. (1970). *Five Lectures*. London: Allen Lane.

MEINHOF, U. (2008). *Everybody Talks About the Weather... We Don't*, ed. K. Bauer. New York: Seven Stories Press.

MEJA, V.; MISGELD, D.; STEHR, N. (1987). *Modern German Sociology*. New York: Columbia University Press.

MITSCHERLICH, A. (1956). "Niemandskinder". In: *Die Neue Zeitung* 3 May.

_____. (1969). *Society Without the Father*: A Contribution to Social Psychology. London: Tavistock Publications.

MITSCHERLICH, A.; MITSCHERLICH, M. (1975[1967]). *The Inability to Mourn*: Principles of Collective Behaviour. New York: Grove Press.

MOSES, R. (1993). *Persistent Shadows of the Holocaust*: The Meaning to Those Not Affected Directly. Madison, CT: International Universities Press.

PARSONS, T. (1970). *Social Structure and Personality*. London: The Free Press.

PRAGER, J. (1998). *Presenting the Past*: Psychoanalysis and the Sociology of Misremembering. Cambridge, MA: Harvard University Press.

PROSS, C. (1998). *Paying for the Past*: The Struggle over Reparations for Surviving Victims of the Nazi Terror. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

RIESMAN, D. (1950). *The Lonely Crowd*: A Study of the Changing American Character. New Haven: Yale University Press.

ROSENKÖTTER, L. (1979). "Schatten der Zeitgeschichte auf psychoanalytischen Behandlungen [Shadows of Contemporary History in Psychoanalytic Therapies]". In: *Psyche – Zeitschrift* für *Psychoanalyse* 33: p. 1024-1038.

SANTNER, E. L. (1990). *Stranded Objects*: Mourning, Memory and Film in Postwar Germany. Ithaca, NY: Cornell University Press.

SCHNEIDER, C. (2008). "Die Unfähigkeit zu trauern. Von der Diagnose zur Parole [The Inability to Mourn. From Diagnosis to Slogan]". In: FREIMÜLLER, T. (ed.) *Psychoanalyse und Protest. Alexander Mitscherlich und die 'Achtundsechziger'* [Psychoanalysis and Protest. Alexander Mitscherlich and the '68ers]. Göttingen: Wallstein Verlag, p. 133-135.

SCHNEIDER, M. (1984). "Fathers and Sons, Retrospectively: The Damaged Relationship Between Two Generations". In: *New German Critique* 31: p. 3-51.

SCHWAB, G. (2010). *Haunting Legacies*: Violent Histories and Transgenerational Trauma. New York: Columbia University Press.

SEBALD, W. G. (2003). *On the Natural History of Destruction*. London: Hamish Hamilton.

SHAPIRA, M. (2013). *The War Inside*: Psychoanalysis, Total War, and the Making of the Democratic Self in Postwar Britain. Cambridge: Cambridge University Press.

SHEPHARD, B. (2002). *A War of Nerves*: Soldiers and Psychiatrists 1914-1994. London: Pimlico.

SIMENAUER, E. (1978). "A Double Helix: Some Determinants of the Self-perpetuation of Nazism". In: *Psychoanalytic Study of the Child* 33: p. 411-425.

TRESIZE, T. (2013). *Witnessing Witnessing*: On the Reception of Hoocaust Survivor Testimony. New York: Fordham.

TRILLING, L. (1967). *Beyond Culture*: Essays on Literature and Learning. Harmondsworth: Penguin.

USTORF, A. (2010). *Wir Kinder der Kriegskinder: Die Generationen im Schatten des Zweiten Weltkriegs* [We Children of the Wartime Children: Generations in the Shadow of the Second World War]. Freiburg im Breisgau: Herder.

VOLKAN, V. D.; AST, G.; GREER, W. F. Jr. (eds.). (2002). *The Third Reich in the Unconscious*: Transgenerational Transmission and its Consequences. London: Routledge.

WELZER, H.; MOLLER, S.; TSCHUGGNALL, K. (2002). '*Opa war kein Nazi*': Nationalsozialismus und Holocaust im Familiengedächtnis [Grandpa was no Nazi. National Socialism and Holocaust in Family Recollection]. Frankfurt am Main: Fischer.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.